

# União tenta manter taxa de marinha

A 16605

*O primeiro passo é pedir a suspensão da medida que derrubou a taxa. Depois, o governo entrará com recurso*

A Advocacia Geral da União (AGU) entrou com um pedido no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF) para suspender a sentença que cancela a cobrança da taxa de terreno de marinha em Vitória.

De acordo com a assessoria da AGU, o órgão aguardará o julgamento deste primeiro pedido para depois entrar com recurso, que possibilita uma contrargumentação do Ministério Público Federal (MPF).

Segundo o TRF, não há um prazo legal para que pedido seja julgado. O tribunal informou ainda que o pedido já foi protocolado no órgão e aguarda ser distribuído para ser julgado.

A sentença que visa o fim da cobrança da taxa de marinha e a exclusão dos terrenos determinados como da União foi julgada pela juíza da 5ª Vara Cível Federal, Maria Claudia Allemand, que acatou a ação, representada pelo Ministério Público Federal no Espírito Santo.

A ação do MPF se baseia na emenda constitucional 46, de maio de 2005, que exclui do rol de bens da União as ilhas costeiras de capital, que é o caso de Vitória, Florianópolis e São Luís.

O MPF entende que a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), ao continuar a cobrar a taxa de marinha, está contra a Constituição.

O Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF-ES) afirmou que vai aguardar o encami-

nhamento normal do processo, para depois realizar algum tipo de ação.

De acordo com o Procurador da República no Estado, Carlos Mazzoco como a sentença não é definitiva, a AGU tem 30 dias, contados a partir de 21 de maio, para recorrer à decisão.

Além de extinguir a taxa dos ocupantes, foreiros e laudêmios, a ação determina que a União cancele os registros de imóveis como terrenos de marinha e que cartórios não elaborem mais registros de quitação de taxa.

Tanto o MPF, quanto a Associação de Foreiros e Ocupantes (Afopes) orienta o contribuinte a pagar corretamente a taxa desse ano. De acordo com o Ministério Público Federal, caso a sentença se confirme, os moradores poderão ter o dinheiro de volta.

A Afopes acrescenta ainda que o pagamento da taxa seja realizado em juízo.

“Assim, o contribuinte poderá reaver, com facilidade, o dinheiro pago caso a decisão se confirme”, frisa o vereador e presidente da associação, José Carlos Lyrio Rocha.

De acordo com a Secretária de Patrimônio da União no Estado (SPU) os boletos dos 25 mil imóveis de Vitória já foram emitidos e vencerão no dia 11 de junho.

Em contato com a SPU, em Brasília, o órgão afirmou que, por enquanto, não vai se pronunciar sobre o assunto.



Imóveis em Vitória: associação orienta contribuinte a pagar a taxa de marinha corretamente

